

**ANAIS DA**

**XV**

**JORNADA CIENTÍFICA DE**

**PESQUISA  
SOCIAL**

**21 a 25 de maio**

**UniFOA**

**Campus Porfírio José de Almeida - Aterrado**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA**

# **XV Jornada Científica de Pesquisa Social**

**21 a 25 de maio de 2018**

**Maio de 2018  
FOA**

## EXPEDIENTE

### FOA

#### Presidente

Dauro Peixoto Aragão

#### Vice-Presidente

Eduardo Guimarães Prado

#### Diretor Administrativo - Financeiro

Iram Natividade Pinto

#### Diretor de Relações Institucionais

José Tarcísio Cavaliere

#### Superintendente Executivo

Jairo Conde Jogaib

#### Superintendência Geral

José Ivo de Souza

Relações Públicas

Maria Amélia Chagas Silva

### UniFOA

#### Reitora

Claudia Yamada Utagawa

#### Pró-reitor Acadêmico

Carlos José Pacheco

#### Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Alden dos Santos Neves

#### Pró-reitor de Extensão

Otávio Barreiros Mithidieri

### EDITORA FOA

Editor Chefe

Laert dos Santos Andrade

### COMISSÃO ORGANIZADORA

Daniele R. do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Helio de Lena Junior

Karin Alves do Amaral Escobar

Marcos Aurelio Ramalho Gandra

Mônica Santos Barison

Rozana Aparecida de Souza

### Editora FOA

[www.unifoa.edu.br/editorafoa](http://www.unifoa.edu.br/editorafoa)

### FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

C397j Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.  
XV Jornada científica de pesquisa social [recurso eletrônico]  
resumo dos trabalhos: 21 e 25 de maio de 2018. Volta Redonda: FOA,  
2018.

32 p.

Realização: curso de Serviço Social

Comissão organizadora: Daniele Ribeiro do Val de O. L. Santa  
Bárbara; Helio de Lena Junior; Karin Alves do Amaral Escobar, et al.

ISBN: 978-85-5964-112-7

1. Serviço social - trabalhos. 2. Jornada científica. I. Fundação  
Oswaldo Aranha. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD – 361

## SUMÁRIO

Apresentação .....	4
Produção coletiva da pessoa com deficiência: rastreando mediações .....	8
Homofobia e Direitos Humanos: um debate sobre as representações da homofobia na mídia .....	9
As novas configurações do trabalho escravo na sociedade capitalista contemporânea .....	10
Feminicídio no Brasil: uma morte evitável .....	11
A inserção do negro no mercado de trabalho.....	12
Desenvolvimento como liberdade: as teorias de Amartya Sen para a ampliação das capacidades humanas necessárias à obtenção de uma vida digna.....	13
Novos contornos de uma velha infância? Crianças em acolhimento institucional no Município do Rio de Janeiro .....	14
As funções do poder judiciário no capitalismo: o fetiche dos direitos humanos.....	15
Significados da velhice e a importância dos espaços de socialização como instrumento de cidadania e efetivação dos direitos humanos da pessoa idosa.....	16
O acolhimento institucional como medida protetiva e sua realidade na Região Sul Fluminense.....	17
Prostituição e saúde: a política de atendimento em saúde para os/as profissionais do sexo no município de Volta Redonda/RJ .....	18
Cidadania em movimento: direitos humanos e protagonismo da pessoa idosa.....	19
Mulheres no cárcere: a maternidade nas prisões do Brasil.....	20
A Violação de direitos e o perfil de crianças e adolescentes em situação de violência no âmbito do CREAS. ....	21
Atuação do Assistente Social na equipe de referência da medida socioeducativa em meio aberto: experiências do CREAS de Barra do Piraí .....	22
O Serviço Social e o combate à intolerância religiosa no Brasil.....	23
A relação da pessoa com deficiência e o mercado de trabalho .....	24
A produção bibliográfica dos assistentes sociais sobre a relação da família com o cuidado da pessoa com transtorno mental.....	25
Direitos Humanos no modo de produção capitalista: os significados atribuídos pelos assistentes sociais .....	26
Autismo e Serviço Social: o trabalho do/da assistente social e as políticas de atendimento para as pessoas com transtornos do espectro autista.....	27
Os diferentes debates no campo dos Direitos Humanos: o paradoxo da universalidade e o discurso conservador. ....	28
Olha a tese!!! Dissertação na minha mão e mais barato!!!.....	29
A produção do conhecimento em Serviço Social e a visibilidade do debate LGBT...	30

## Apresentação

A Jornada Científica de Pesquisa Social completa 15 anos! Desde suas primeiras edições, organizadas pelo professor Douglas Mansur, as intencionalidades se renovam: garantir espaço para a socialização do conhecimento produzido pelos estudantes, professores, assistentes sociais e outros profissionais da área.

Mais de trezentos trabalhos foram apresentados, cujo inventário indica o compromisso dos pesquisadores de contribuir no processo de desvelamento da produção da questão social, das formas de enfrentamento de suas expressões e do significado histórico do Serviço Social na relação Estado-Sociedade.

O acervo dos resumos publicados se constitui, assim, como “feixes de luz” para ampliar a compreensão acerca das conexões entre a universalidade e singularidade das relações sociais inscritas na particularidade da região do Sul-Fluminense.

Então, para marcar os 15 anos, a edição de 2018 promoverá debates que reafirmam a direção da política pedagógica do Curso de Serviço Social do UniFOA: construir processo de formação profissional que, assumindo como fundamento a teoria social crítica, contribua para que os estudantes vivenciem, dentre outros, o processo da tomada de consciência de classe e apreendam os valores do projeto ético-político da categoria profissional.

A defesa intransigente da liberdade, da democracia, dos direitos humanos, da justiça e da equidade social, da eliminação de todo tipo de discriminação e preconceito e da superação da ordem do capital se impõe como “palavra de ordem” frente ao cenário estarrecedor de desmonte do Estado de Direito e avanço do Estado de Exceção.

Com as palavras de Caetano Veloso e Gilberto Gil, desejamos uma boa Jornada a todos e a todas:

*“É preciso estar atentos e fortes, pois não temos tempo de temer...”*

(GIL, G.; CAETANO, V. (1968). *Divino Maravilhoso*. Gal Costa LP. São Paulo: Phonogram/Philips, 1969)

## **PROGRAMAÇÃO**

### **21/05/2018 – Segunda-feira**

“200 anos de Marx e a influência da teoria social crítica no Serviço Social”

Palestrante:

Profa Gracyelle Costa (Doutoranda e Mestre em Serviço Social/UERJ; professora da Escola de Serviço Social da UFRJ)

Coordenadora da Mesa: Profa Mônica Barison

### **22/05/2018 – Terça-feira**

“O golpe de 2016: e a democracia no Brasil?”

Palestrante:

Profa Isabel Mansur (Socióloga; Doutoranda em Serviço Social pela ESS/UFRJ)

Prof Felipe Demier (Doutor em História/UFF; professor da Escola de Serviço Social da UERJ)

Coordenador da Mesa: Prof Helio de Lena Junior

### **23/05/2018 – Quarta-feira**

“Movimento Estudantil e o Centro Acadêmico do Curso de Serviço Social do UniFOA”

Palestrante:

Profa Paula de Almeida (Mestre em Serviço Social/UFRJ; Assistente Social do Tribunal de Justiça/RJ e egressa do UniFOA)

Coordenadores da Mesa: Estudantes Isa Mara da Silva e Nathan da Cunha Gonçalves

## **Coffe break**

### **10/08/2018 – Sexta-feira**

#### **Mesa 01**

#### **Direitos Humanos, Sujeitos Sociais e Cidadania**

Coordenação: Profa Rozana de Souza

Tema: Produções coletivas da pessoa com deficiência: rastreando mediações

Autores: Nathan da Cunha Gonçalves; Julio Cesar de Almeida Nobre; Ivanete da Rosa Silva de Oliveira; Joseane de Almeida dos Santos; Camila Fernandes da Silva; Dyene Kelly Leopoldina Rodrigues da Silva.

Tema: Homofobia e Direitos Humanos: um debate sobre as representações da homofobia na mídia

Autores: Mariana Rocha da Silva Cruz; Nathan da Cunha Gonçalves; Rozana Aparecida de Souza

Tema: As novas configurações do trabalho escravo na sociedade capitalista contemporânea

Autora: Karin Alves do Amaral Escobar; Paola Karina Vidal Alves

Tema: Femicídio no Brasil: uma morte evitável

Autoras: Karin Alves do Amaral Escobar; Tainara Adriana Silva

Tema: A inserção do negro no mercado de trabalho

Autora: Stefanne de Souza Felix

Tema: Desenvolvimento como liberdade: as teorias de Amartya Sen para a ampliação das capacidades humanas necessárias à obtenção de uma vida digna

Autores: Darlan Alves Moulin; Yasmin J. A. Arbex; Maria Angélica de Andrade Moraes Moulin

## **Mesa 02**

### **Direitos Humanos, Estado e Políticas Sociais**

Coordenação: Profa Karin Alves do Amaral Escobar

Tema: Novos contornos de uma velha infância? Crianças em acolhimento institucional no município do Rio de Janeiro

Autoras: Daniele RVOL Santa Bárbara; Susana Patrícia Gonçalves; Juliana Benter Palmeira; Carla Barbosa Rocha; Valeria Rodrigues Souza

Tema: As funções do Poder Judiciário no capitalismo: o fetiche dos direitos humanos

Autora: Letícia Monfardini Silva; Monica Santos Barison

Tema: Significados da velhice e a importância de espaços de socialização como instrumento de cidadania e efetivação dos direitos humanos da pessoa idosa.

Autoras: Debora S. Oliveira; Isa Mara da Silva; Karin Alves do Amaral Escobar

Tema: O acolhimento institucional como medida protetiva e sua realidade na região Sul-Fluminense

Autora: Mayara Maciel de Oliveira

Tema: Prostituição e Saúde: a política de atendimento em saúde para as/os profissionais do sexo no município de Volta Redonda

Autoras: Danielle Ermida Faria; Rozana Aparecida de Souza

Tema: Cidadania em Movimento: Direitos Humanos e o protagonismo da Pessoa Idosa

Autores: Karin Alves do Amaral Escobar; Nathan da Cunha Gonçalves; Paola Karina Vidal Alves

Tema: Mulheres no Cárcere: a maternidade nas prisões do Brasil

Autores: Arycia M Moreira; Daniele L B Correa; Daniele RVOL Santa Bárbara; Mariana F Silva; Sarah C Azevedo; Wallace S Francisco

Tema: A violação de direitos e o perfil de crianças e adolescentes em situação de violência no âmbito do CREAS

Autora: Isabelle Santos Silva; Karin Alves do Amaral Escobar

### **Mesa 03**

#### **Direitos Humanos e Serviço Social**

Coordenação: Profa Mônica Santos Barison

Tema: A atuação do assistente social na equipe de referência da medida socioeducativa em meio aberto: experiências do CREAS de Barra do Piraí

Autora: Natalia Reis Oliveira

Tema: O Serviço Social e o combate à intolerância religiosa no Brasil

Autora: Diana Mara de Freitas

Tema: A relação da pessoa com deficiência e o mercado de trabalho

Autora: Tainá Ribeiro Ferreira Netto

Tema: A produção bibliográfica dos assistentes sociais sobre a relação da família com o cuidado da pessoa com transtorno mental

Autora: Nathalia Cristina dos Santos Fernando

Tema: Direitos Humanos no modo de produção capitalista: os significados atribuídos pelos assistentes sociais

Autoras: Ingrid de Carvalho Silva; Mônica Santos Barison

Tema: Autismo e Serviço Social: o trabalho da/o assistente social e as políticas de atendimento para pessoas com transtornos do espectro autista

Autores: Josiane de Almeida dos Santos; Juliana da Silva; Rozana Aparecida de Souza; Stefany Almeida Soares

Tema: Os diferentes debates no campo dos Direitos Humanos: o paradoxo da universalidade e o discurso conservador

Autoras: Karin Alves do Amaral Escobar; Stefany Almeida Soares

Tema: Olha a tese!!! Dissertação na minha mão é mais barato!!!

Autor: Alan Jorge de Carvalho Silva

Tema: A produção do conhecimento em Serviço Social e a visibilidade LGBT

Autora: Camila Fernandes Silva

### **Local**

#### **Campus Aterrado**

Rua Lucas Evangelista, nº 862 – Aterrado, Volta Redonda, RJ.



## **Produção coletiva da pessoa com deficiência: rastreando mediações**

**GONÇALVES, N.C.<sup>1</sup>; NOBRE, J.C.A.<sup>1</sup>; OLIVEIRA, I.R.S<sup>1</sup>; SANTOS, J.A.<sup>1</sup>; SILVA, C.F.<sup>1</sup>; SILVA, D.K.L.R.<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.

[julio.nobre@foa.org.br](mailto:julio.nobre@foa.org.br)

### **RESUMO**

A concepção de pessoa com deficiência tem se revelado como instável no tempo. Na Grécia antiga, crianças com deformidades físicas eram descartadas. No início da Era Cristã, apesar da deficiência estar articulada com a noção de pecado, começam a despontar práticas de acolhimento, como as ocorridas em hospitais cristãos. Na Inquisição, agravou-se a articulação com o pecado e concebeu-se a deficiência como relacionamento direto com o demônio. Nas Cruzadas, porém, muitos passaram a possuir corpos mutilados derivados de guerras santas, esvaziando a amarração deficiência/demônio. Com as teorias newtonianas e a medicina moderna, o corpo passa a ser compreendido como mecânica regida por leis universais. Assim, uma deficiência começa a se produzir como erro no equilíbrio da máquina, no qual normal e patológico são opostos a disputar o corpo, sendo tal normalidade um objeto de contornos anatomofisiológicos definidos. Na atualidade, encontramos diferentes cenários a envolver a pessoa com deficiência. No modelo médico, tal deficiência é tratada como anormalidade, com práticas de cura. No modelo da Integração Social, existe a intenção de integração ao social, porém gerando ambientes segregados que simulam o cotidiano. Já no modelo Inclusivista, o social também busca se adaptar no sentido de incluir o diferente. E nesse cenário despontam controvérsias. Os modelos Médico e da Integração Social encontram-se superados? Utilizando-se do referencial da Teoria Ator-rede, objetivou-se analisar a controversa rede que produz a “pessoa com deficiência” na atualidade, imbricada com mediadores diversos.

**Palavras-chave:** Inclusão. Pessoa com deficiência. Teoria ator-rede.

## **Homofobia e Direitos Humanos: um debate sobre as representações da homofobia na mídia**

**SOUZA, R. A.<sup>1</sup>; GONÇALVES, N.C.<sup>1</sup>; CRUZ, M.R.S.<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[rozana.souza@foa.org.br](mailto:rozana.souza@foa.org.br)

### **RESUMO**

A crescente importância da mídia na veiculação de informações e disseminação de valores relativos à sexualidade e como é representado o tema da homofobia e direitos humanos na mídia justificam a realização deste estudo, que analisa a difusão e o debate social sobre a homofobia na imprensa. Este projeto de iniciação científica (PIC) pretende analisar as premissas centrais que erigem o debate sobre a homofobia e direitos humanos, veiculados na mídia. Sendo assim, definiu-se por objetivos específicos: identificar as características da cobertura jornalística: gênero jornalístico (divulgação científica, reportagens, pesquisas, entrevistas, opiniões etc.), fonte dos textos, destaque dado; analisar os atores envolvidos no debate, os argumentos em jogo, os enfoques preferenciais, os conflitos políticos, as fontes comumente procuradas; reconhecer os principais eventos que determinaram o aumento da cobertura jornalística sobre o tema. Pesquisa com abordagem qualitativa. A técnica de coleta de dados utilizada nesta pesquisa é análise de documentos e o levantamento bibliográfico. O processo metodológico consiste na seleção, classificação e análise de notícias sobre homofobia publicadas veiculadas no jornal Folha de S. Paulo. As notícias serão analisadas conforme as seguintes categorias: data; autor; título; seção; número de linhas; origem e fontes de informação utilizadas; gênero jornalístico; abordagem principal; características da fonte, etc. A pesquisa encontra-se em desenvolvimento com previsão de conclusão em novembro de 2018.

**Palavras-chave:** Homofobia. Mídia. Representações.

## **As novas configurações do trabalho escravo na sociedade capitalista contemporânea**

**ALVES, P. K. V<sup>1</sup>**

1 – Unifoa, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[pkarina.vidal@gmail.com](mailto:pkarina.vidal@gmail.com)

### **RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo problematizar as novas configurações de trabalho escravo na sociedade atual, em especial na realidade brasileira, bem como refletir acerca das políticas de combate para erradicação desta prática. O trabalho será realizado através de pesquisa bibliográfica e será usado como base para construção do trabalho de conclusão de curso (TCC). Segundo Figueira (2011), a escravidão contemporânea se difere da escravidão que havia na antiguidade até o século XIX. A categoria vem acrescida, algumas vezes, de complementação (*semi, branca, contemporânea, por dívida ou análoga*), podendo também ser chamado de trabalho forçado. Esta relação de trabalho também se dá por práticas que configuram crime, a exemplo de cárcere privado, violência física, violação as leis trabalhistas, condições inadequadas de habitação, transporte, alimentação, segurança, entre outros. Após a abolição da escravidão de negros no Brasil, o sistema capitalista precisava continuar se mantendo ativo, com isto foram se constituindo as novas configurações do trabalho escravo no Brasil, não menos degradantes e desumanas do que a escravidão dos negros, porém com uma nova roupagem, e novos perfis de trabalhadores. A escravidão contemporânea distingue-se das anteriores porque em geral é de curta duração, ilegal, não é fruto de uma guerra e nem sempre é motivada por um sequestro (FIGUEIRA, 2011). Até o ano de 2013 o trabalho escravo no Brasil era em sua grande maioria realizado em áreas econômicas rurais. De 2013 em diante esse cenário mudou preponderantemente para atividades com perfis urbanos como os setores de construção civil e têxtil. Mais de um século após a promulgação da Lei Áurea, a escravidão persiste sob novas formas, na área rural e na urbana (FIGUEIRA, 2012). Em 1995 o governo brasileiro reconheceu a existência de trabalho escravo em nosso país, dando início a criação de políticas públicas com a finalidade de combater e erradicar a escravidão contemporânea. Do ano de 1995 a 2015 aproximadamente cinquenta mil Trabalhadores foram libertados. A reincidência de trabalhadores libertados ainda é muito grande, pois os mesmos não conseguem oportunidades dignas de trabalho, e acabam novamente se submetendo aos horrores da escravidão. Segundo CONFORTI (2014) a prática do trabalho escravo não se aplica apenas pela perda do direito de ir e vir do trabalhador, mas também está ligado ao direito democrático, a dignidade da pessoa humana.

**Palavras-chave:** Escravidão. Trabalho. Sociedade capitalista.

## Feminicídio no Brasil: uma morte evitável

**SILVA, T. A.; ESCOBAR, K. A.A.**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[tainara.adriana@outlook.com](mailto:tainara.adriana@outlook.com)

### RESUMO

Este trabalho pretende abordar o feminicídio como decorrência das desigualdades de gênero culminando no assassinato de mulheres. A violência contra a mulher ocorre em diversos cenários e podem ser caracterizadas de diversas formas desde a violência estrutural a violência doméstica. Expressam a naturalização das hierarquias historicamente construídas para os papéis de homens e mulheres na sociedade. O estudo tem como objetivo identificar os fatores que contribuem para o aumento do feminicídio no Brasil. Percebe-se que o Sistema Patriarcal é um dos principais fatores que contribui para a desigualdade de gênero existente hoje em nossa sociedade, onde desde a colonização do Brasil, foram atribuídos papéis sexuais ao gênero masculino e ao gênero feminino culminando na forte dominação masculina. Anteriormente à Lei Maria da Penha - Lei 11.340/06 - o assassinato de mulheres era visto como algo normal e cotidiano, como um ato de honra exercido pelo homem. Apesar do grande avanço no debate sobre as desigualdades de gênero, violência contra a mulher e nas legislações, observa-se que o conservadorismo encontra-se bem presente na nossa realidade, e a ineficácia de políticas públicas no enfrentamento da questão contribui para a recorrência das violências onde na maioria das vezes o desfecho é o feminicídio. A importância de falar desse tema é dar visibilidade a questão, que se constitui um grave problema social, fomentar estratégias de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher para que um simples xingamento não resulte mais tarde numa morte, que esta seja evitada a tempo.

**Palavras-Chave:** Feminicídio. Violência contra a mulher. Desigualdade de gênero.

## A inserção do negro no mercado de trabalho

**FELIX, S.S.F.<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[stefanefelixbob@hotmail.com](mailto:stefanefelixbob@hotmail.com)

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido no curso de graduação em Serviço Social em 2018. O tema abordado será a inserção do negro no mercado de trabalho. A pesquisa terá como objetivo geral identificar as condições de inserção profissional dos trabalhadores negros na sociedade e como objetivo específico identificar o perfil dos trabalhadores da empresa Unimed através de pesquisa de campo e avaliar os dados estatísticos, mas recente sobre o mercado de trabalho no país. O interesse pelo tema abordado surgiu a partir de reflexões sobre as condições de inserção do negro no mercado de trabalho, como ele é visto pela sociedade nos cargo de trabalho que ocupam. Este trabalho terá como relevância entender como foi o processo de modernização do Brasil e as condições materiais da população negra brasileira, como essa herança escravista esta muito presente nos dias de hoje e quais foram os efeitos que tiveram nas transformações das desigualdades sociais e raciais.

**Palavras-chave:** Assistente Social. Negro. Escravidão. Desigualdades sociais e raciais.

## **Desenvolvimento como liberdade: as teorias de Amartya Sen para a ampliação das capacidades humanas necessárias à obtenção de uma vida digna**

**Autores: ARBEX, Yasmin Juventino Alves<sup>1</sup>; MOULIN, Darlan Alves<sup>2</sup>; MOULIN, Maria Angélica de Andrade Moraes<sup>3</sup>.**

1 – Advogada. Mestranda em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)  
[alves.yasmin@hotmail.com](mailto:alves.yasmin@hotmail.com)

2 – Mestrando em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL/ Lorena-SP.  
Professor de Direito Constitucional, Financeiro e Tributário na Universidade Estácio de Sá-UNESA/RJ.

[darlan\\_moulin@hotmail.com](mailto:darlan_moulin@hotmail.com)

3 – Advogada. Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Previdenciário. Professora do primeiro seguimento do ensino fundamental do Município de Nova Iguaçu/RJ.

[mariaangelicajus@gmail.com](mailto:mariaangelicajus@gmail.com)

### **RESUMO**

A presente pesquisa visa analisar as teorias de Amartya Sen para a ampliação das capacidades humanas básicas para a obtenção do pleno desenvolvimento do indivíduo. Questiona-se, como problemática, que as diversas privações existentes nas sociedades contemporâneas, tais como as ausências de alimentação adequada, água potável, saneamento básico, emprego rentável, educação eficaz, segurança econômica ou social, liberdades políticas e direitos cívicos, dentre outros, acabam por impedir o pleno desenvolvimento das capacidades humanas básicas para que o indivíduo possa usufruir de uma vida digna. Cogita-se que tais privações acabam por comprometer o pleno desenvolvimento das capacidades humanas básicas que habilitam os indivíduos a lutarem pela concretização de seus direitos, hipótese esta confirmada quando se verifica que mais de 13 (treze) milhões de pessoas encontram-se desempregadas devido à última crise socioeconômica, a qual impulsionou ao atual ilegítimo governo não democrático a realizar uma série de cortes nas verbas públicas destinadas a concretização dos direitos humanos fundamentais sociais que viabilizam a concretização da igualdade material. Essa hipótese também é confirmada pelos recentes dados estatísticos do IBGE, os quais afirmam que 52 (cinquenta e dois) milhões de brasileiros estão vivendo abaixo da linha da pobreza, a qual é considerada a mais cruel das privações humanas. Busca-se, então, a possibilidade de se reconhecer a necessidade do Poder Público investir em políticas públicas eficazes que objetivem ampliar as capacidades humanas básicas, dentre elas as oportunidades sociais e a concretização dos direitos humanos fundamentais sociais, os quais irão possibilitar que esses indivíduos possam lutar pela efetivação de uma sociedade livre, justa e solidária, sem qualquer espécie de privação das capacidades humanas básicas que possibilitam ao indivíduo o seu pleno desenvolvimento como liberdade. Para tanto, utilizou-se os métodos crítico, de revisão bibliográfica e análise de dados estatísticos, os quais possibilitaram concluir que o desenvolvimento humano somente será possível quando as causas das diversas privações das capacidades forem eliminadas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento como liberdade. Amartya Sen. Vida digna.

## **Novos contornos de uma velha infância? Crianças em acolhimento institucional no Município do Rio de Janeiro**

**BÁRBARA, Daniele R V O L S<sup>1</sup>; GONÇALVES, Susana Patrícia<sup>2</sup>; PALMEIRA, Juliana Benter<sup>2</sup>; ROCHA, Carla Barbosa<sup>2</sup>; SOUZA, Valéria Rodrigues<sup>2</sup>.**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ e SMASDH, Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Rio de Janeiro, RJ

[danieledoal@gmail.com](mailto:danieledoal@gmail.com)

2- SMASDH, Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Rio de Janeiro, RJ

[susanapatricia26@gmail.com](mailto:susanapatricia26@gmail.com)

[juliana.benter@gmail.com](mailto:juliana.benter@gmail.com)

[ascarlabarbosa@oi.com.br](mailto:ascarlabarbosa@oi.com.br)

[svaleriarodrigues@gmail.com](mailto:svaleriarodrigues@gmail.com)

### **RESUMO**

A medida protetiva de acolhimento institucional é aplicada à infância e à adolescência em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos. Pretende-se configurar num espaço de cuidado que promova acesso a direitos, ambiência humanizada e acompanhamento sócio familiar do acolhido, de forma a potencializar recursos da rede sócio assistencial e das demais políticas setoriais que possibilitem o redimensionamento das relações familiares e a resignificação de vínculos, com o intuito de promover o retorno à convivência familiar e, assim, respeitar o caráter excepcional e temporário da medida. Observamos nas histórias das crianças atendidas múltiplas motivações para o acolhimento, e muitas são atravessadas por uma experiência do “ser criança” marcada pela precocidade sexual, por uma aparente maturidade provocada pela experiência de rua, por condições especiais de saúde e por relações cujo afeto familiar, apesar de presente, é prejudicado pela extrema vulnerabilidade de suas famílias. Assim, com o objetivo de pensar sobre a infância em acolhimento institucional, tomamos por amostra de análise os acolhimentos realizados numa unidade de reinserção social do município do Rio de Janeiro, que atende crianças de ambos os sexos, de 9 a 12 anos incompletos ou, no caso de grupo de irmãos, de 7 a 13 anos. Temos por hipótese que suas histórias de violações de direitos perpassam diferentes temporalidades, que a legislação protetiva avançou muito, mas que o cenário de barbárie e questões sociais cada vez mais acentuadas, promovem um comportamento adultizado da infância, dando-lhe novos contornos, mas mantendo sua condição de sujeitos em desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Acolhimento institucional. Infância. Estatuto da Criança e do Adolescente.

## **As funções do poder judiciário no capitalismo: o fetiche dos direitos humanos.**

**SILVA, L. M.<sup>1</sup>; BARISON, M. S.<sup>1</sup>;**

*1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[monfardini\\_96@hotmail.com](mailto:monfardini_96@hotmail.com)*

### **RESUMO**

O presente trabalho objetiva apresentar a proposta do projeto de iniciação científica desenvolvido em 2018, vinculado ao Curso de Serviço Social do UniFOA. A temática do estudo trata da relação entre o poder judiciário e o modo de produção capitalista. A pesquisa pretende conhecer o debate da teoria social crítica acerca das funções do poder judiciário no modo de produção capitalista, na perspectiva de produzir fundamentação teórica para analisar os significados dos direitos humanos e suas conexões com o processo de produção e reprodução de ideologias que legitimam as relações de exploração e dominação que sustentam a acumulação do capital. Consideramos o estudo relevante na medida em que pode contribuir no processo de desmistificação de que a regulamentação de direitos humanos (sociais, políticos e civis) significa a sua materialização. Compreendemos que, no modo de produção capitalista, é construída a ideia de que os direitos humanos são para todos. Entretanto, a produção das desigualdades sociais evidencia a incompatibilidade entre o sistema que se mantém a partir da exploração da classe trabalhadora e a materialização dos direitos humanos. Compreendemos ainda que, historicamente, no marco do capitalismo, o poder judiciário é instituição que compõe o aparelho do Estado e corrobora, em última análise, para garantir o controle e vigilância da classe trabalhadora. Entretanto, desde a Constituição de 1988 no Brasil, o poder judiciário vem assumindo funções que caminham na defesa dos direitos humanos. Frente a essas problematizações, que evidenciam contradições entre o modo de produção capitalista, as funções do poder judiciário e a materialização dos Direitos Humanos, é que emerge o interesse pelo tema. O estudo será do tipo qualitativo. A pesquisa será de caráter bibliográfico. Inicialmente, será realizado levantamento dos autores da teoria social crítica que tematizam o problema do Poder Judiciário no capitalismo. Em seguida, será feito os estudos coletivos da bibliografia, de acordo com os objetivos propostos.

**Palavras-chave:** Poder judiciário. Capitalismo. Direitos Humanos.



## **Significados da velhice e a importância dos espaços de socialização como instrumento de cidadania e efetivação dos direitos humanos da pessoa idosa**

**OLIVEIRA, D. S.<sup>1</sup>; SILVA, I. M<sup>1</sup>; ESCOBAR, K. A. A<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[deboraooliveira.horizon@gmail.com](mailto:deboraooliveira.horizon@gmail.com)

### **RESUMO**

A pesquisa em questão apresenta como objetivo geral conhecer o significado atribuído à velhice a partir da percepção dos próprios idosos que integram as atividades de convivência e socialização. Como objetivos específicos pretende-se identificar os impactos na vida dos idosos e conhecer a percepção dos idosos sobre a sua participação no grupo de convivência. O envelhecimento populacional é uma realidade crescente no Brasil. Envelhecer se constitui uma experiência, uma etapa que difere de pessoa para pessoa e é permeada por diversas questões que influenciam esse momento. Silva (2011) aponta que não existe um idoso universal, e sim diversos modos de ser idoso e de envelhecer. As inserções territoriais, etárias, raciais, étnicas, de gênero e de classe social constituem referências identitárias que precedem, transcendem e determinam a condição biológica do idoso, social e cultural do idoso. A velhice é concebida geralmente em oposição à juventude, existe uma cultura que supervaloriza e privilegia a juventude e tudo o que está ligado à ela, fator que estimula a tendência do idoso ser segregado do convívio social com os mais jovens e da sociedade em geral. Como a velhice é uma das fases da vida que é permeada por mudanças internas, físicas e emocionais até externas com os grupos sociais mais próximos, envolve também uma série de perdas como a do grupo afetivo, perdas financeiras, da força física e do status social, entre outras. É nessa fase que emergem experiências e características próprias e peculiares resultantes da nossa trajetória corroborando para situações de vulnerabilidade. Neste sentido, as atividades de convivência tem papel fundamental com vistas a promover ações que contribuam no processo de desenvolvimento de autonomia, fortalecimento de vínculos, construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade (MDS, 2013). Como universo da pesquisa propõe-se o Centro de Prevenção à Saúde do Idoso da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda. Como instrumento de coleta de dados pretende-se utilizar a entrevista com roteiro. Partimos do pressuposto que a participação social dos idosos em espaços como grupos de convivência e demais espaços de socialização contribui para (re) significar percepção sobre a velhice e o processo de envelhecimento. Os espaços de desenvolvimento de atividades sociais objetivam o desenvolvimento da autonomia, promovem sociabilidades, fortalecem os vínculos comunitários e familiares, pautado na defesa e afirmação dos direitos, contribuindo para prevenção de situações de violação de direitos.

**Palavras-chave:** Velhice. Cidadania. Participação social.

## **O acolhimento institucional como medida protetiva e sua realidade na Região Sul Fluminense**

**OLIVEIRA, M.M.<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[mayaramaciel9895@gmail.com](mailto:mayaramaciel9895@gmail.com)

### **RESUMO**

O Estado, a família e a sociedade possuem o papel de garantir os direitos das crianças e adolescentes, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei 8069 de 1990. Nas situações de vulnerabilidade social e violação de direitos, o ECA dispõe sobre sua proteção integral e estabelece uma série de medidas protetivas, entre elas, o acolhimento institucional, entendido como um dos últimos recursos a serem aplicados, a partir da ruptura com o paradigma tradicional da institucionalização e a defesa à convivência familiar e comunitária. Deste modo como objetivo geral nos propomos a identificar se os direitos previstos pelo ECA são garantidos ou são violados no que se refere a aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional, pois frequentemente nos deparamos com reportagens, debates em sala de aula e experiências de estágio que nos mostram que os motivos que levam à institucionalização permanecem os mesmos: a negligência, o abandono, maus-tratos, o alcoolismo dos pais ou responsáveis e a pobreza. Tais motivos deveriam ser superados pelas políticas públicas, e não com a institucionalização. Para melhor entendermos os contornos que o acolhimento institucional possui na Região Sul Fluminense, recorreremos ao Módulo Criança e Adolescente do Ministério Público para saber o perfil da criança em acolhimento institucional e provocar reflexões sobre os motivos que levam ao seu afastamento da família, com a crítica que outras alternativas de atendimento deveriam ser realizadas antes do acolhimento institucional.

**Palavras-chave:** Acolhimento institucional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Módulo criança e adolescente.

## **Prostituição e saúde: a política de atendimento em saúde para os/as profissionais do sexo no município de Volta Redonda/RJ**

**SOUZA, RA<sup>1</sup>; FARIA, D.E.<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[rozana.souza@foa.org.br](mailto:rozana.souza@foa.org.br)

### **RESUMO**

O tema da prostituição reúne várias perspectivas e diferentes posições. No Brasil a prostituição em si não é considerada crime ou contravenção, mas a estrutura que a envolve sim. Comumente, prostitutas/os são culpabilizadas/os pelas doenças que as/os acometem, principalmente quando apresentam uma IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis). O adoecimento para essas pessoas é considerado um castigo e/ou uma correção moral, segundo lógica moral religiosa que permeia o pensamento conservador da sociedade brasileira. Estudos apontam muitas dificuldades de acesso das pessoas que praticam a prostituição ao serviço de saúde. Muitos se sentem discriminados por estes profissionais e acabam se afastando dos serviços de saúde. É necessário fortalecer os debates em relação à saúde, e assim, romper a barreira do preconceito e garantir a essas pessoas de usufruir do seu direito à saúde. Este estudo tem por objetivo analisar as ações de saúde ofertadas em instituições públicas no município de Volta Redonda/RJ para as pessoas que praticam a prostituição. Será realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa baseada em entrevistas com os responsáveis por quatro serviços de saúde pública que ofertam algum tipo de atendimento aos profissionais do sexo. Esta pesquisa encontra-se em andamento, com previsão de conclusão para novembro de 2018.

**Palavras-chave:** Prostituição. Saúde. Política de atendimento.

## **Cidadania em movimento: direitos humanos e protagonismo da pessoa idosa**

**ESCOBAR, K. A. A<sup>1</sup>; ALVES, P. K. V<sup>1</sup>; GONÇALVES, N. C.<sup>1</sup>;**

*1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.*

[karinseso@gmail.com](mailto:karinseso@gmail.com)

### **RESUMO**

O presente trabalho apresenta o projeto de extensão desenvolvido em parceria pelo Curso de Serviço Social do UniFOA e Centro de Prevenção à Saúde do Idoso da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda. Tem como objetivos oferecer oficinas socioeducativas para refletir questões contemporâneas do idoso e do processo de envelhecimento; estimular os idosos a refletir sobre seus direitos e papéis na sociedade; promover intergeracionalidade. As oficinas tem como público-alvo os idosos, associados ou não, que participam das ações de convivência e fortalecimento de vínculos oferecidas pela instituição. Como metodologia de trabalho as oficinas serão realizadas através de encontros quinzenais entre os acadêmicos participantes da extensão e os idosos do centro de convivência. Dessa forma, as atividades pensadas visam fortalecer os vínculos entre os participantes com os acadêmicos e com a comunidade, gerando autonomia, reflexão, sociabilidade e a afirmação dos direitos da pessoa idosa. São abordadas questões contemporâneas, como trabalho, família e violência, contribuindo para a cidadania, participação social e prevenção de situação de violação de direitos, estimulando os idosos a refletir sobre seus direitos e papéis na sociedade, construindo reflexões sobre o processo de envelhecimento e da própria velhice, tornando o idoso protagonista de seu processo de cidadania. Ressaltamos a importância de ampliar o debate acerca dos direitos da pessoa idosa dentro da comunidade acadêmica, desconstruindo estereótipos, preconceitos em torno da velhice e contribuindo para a valorização desse segmento.

**Palavras-chave:** Pessoa idosa. Intergeracionalidade. Direitos humanos.

## Mulheres no cárcere: a maternidade nas prisões do Brasil

**BÁRBARA, D R V OL S.<sup>1</sup>; AZEVEDO, C Sarah<sup>1</sup>; CORRÊA, L B Daniele<sup>1</sup>;  
FRANCISCO, S Wallace<sup>1</sup>; MOURA, M Arycia<sup>1</sup>; SILVA, F Mariana<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.

[danieleoval@gmail.com](mailto:danieleoval@gmail.com)

[sarah.card.azev@gmail.com](mailto:sarah.card.azev@gmail.com)

[daniele.lobesbc@gmail.com](mailto:daniele.lobesbc@gmail.com)

[wallacedasilvafrancisco@gmail.com](mailto:wallacedasilvafrancisco@gmail.com)

[adelia.marques2011@bol.com.br](mailto:adelia.marques2011@bol.com.br)

[marianafidelis61@gmail.com](mailto:marianafidelis61@gmail.com)

### RESUMO

A situação das mulheres encarceradas no Brasil, nos mostra um importante aspecto: sua condição de classe. Mulheres pobres e mulheres ricas tem tratamento desigual no momento da aplicação do tipo e na execução da pena. Quando são mulheres e mães, a desigualdade acentua, como nos casos em que poderia ser aplicada a prisão domiciliar. O conteúdo informativo que deu base ao nosso debate foi adquirido por meio de pesquisas bibliográficas e hemerográfica, e apresenta as leis disponíveis que tutelam os direitos tanto da mulher quanto da criança que depende da mãe e sofre com sua ausência. Além disso, demonstra uma análise às precárias condições vividas pelas mulheres e seus filhos nas prisões brasileiras e expõe uma alternativa: a Prisão Domiciliar. Apesar de todos os benefícios que proporciona para a saúde física e mental da criança ao manter o vínculo familiar com a mãe, a prisão domiciliar não está ao alcance de todas as mulheres. Mesmo que seja um direito previsto em lei, ou seja, acessível a todas as mulheres mães, percebeu-se que a condição social e financeira pode influenciar na garantia de seu cumprimento. Para que isso deixe o plano abstrato, abordaremos casos recentes de mulheres que passaram pelas dificuldades descritas. É visível, portanto, a importância social de debater o tema, já que, a ineficácia ou exclusividade do uso das leis afeta toda a sociedade e seus membros.

**Palavras-chave:** Mulheres mães. Cárcere. Prisão domiciliar.

## **A Violação de direitos e o perfil de crianças e adolescentes em situação de violência no âmbito do CREAS.**

**SILVA, I. S.; ESCOBAR, K .A. A.**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[santosisabelle89@yahoo.com.br](mailto:santosisabelle89@yahoo.com.br)

### **RESUMO**

O estudo em questão possui extrema importância para conhecermos a situação de risco, o perfil e identificar as principais modalidades de violação de direitos de crianças e adolescentes. Reconhecemos que crianças e adolescentes ainda sofrem com essas violações, mesmo com toda a trajetória de direitos que fora englobado ao longo de décadas, principalmente com a responsabilidade do Estado para com a proteção integral por meio de órgãos públicos. O Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é um serviço de apoio, acompanhamento e orientação destinado a famílias em situação de ameaças ou com seus direitos violados. Compreende ações para a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares, sociais e comunitários e para o fortalecimento da função protetiva das famílias. Esse atendimento é realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS- no âmbito da proteção de média e alta complexidade. O trabalho será desenvolvido a partir da análise documental onde pretende-se conhecer a realidade de crianças e adolescentes em situação de violência no Município de Volta Redonda. Os resultados da pesquisa podem contribuir para subsidiar estratégias de intervenção e enfrentamento da questão.

**Palavras-Chave:** Violência. Proteção Social. Crianças. Adolescentes.

## **Atuação do Assistente Social na equipe de referência da medida socioeducativa em meio aberto: experiências do CREAS de Barra do Piraí**

**OLIVEIRA, N.R<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[nataliareisoliveira@bol.com.br](mailto:nataliareisoliveira@bol.com.br)

### **RESUMO**

O presente relato de experiência objetiva problematizar o trabalho no serviço da Medida Socioeducativa, levantando os desafios e possibilidades no campo do trabalho profissional. O trabalho do assistente social orienta-se, em todos os espaços sócio ocupacionais nos quais atua, pelos princípios e diretrizes inscritos no Código de Ética Profissional de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelas diretrizes Curriculares da ABEPSS. Estes instrumentos norteiam a dimensão política que orienta a defesa da profissão e a aliança com a classe trabalhadora em busca de um novo projeto societário (CFESS, 2012). Nota-se ampliação da inserção desta mão-de-obra especializada no campo da Política de Assistência Social, associada à implantação e operacionalização dos programas de combate à miséria desde os anos 2000, como principal foco dos governos de enfrentar as desigualdades e pelo próprio processo de implementação do SUAS (2005). Essas possibilidades acontecem em um cenário econômico e político de profundas transformações ocorridas nas sociedades capitalistas contemporâneas, afetando duramente as políticas sociais. O Centro de Referência Especializado da Assistência Social compõe a Proteção Social Especial, executando o serviço de Medida Socioeducativa em meio aberto (Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida), normatizada pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009 e norteado pelo Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE), aprovado em 2006 pelo CONANDA. O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente. Deste modo, na realidade do município de Barra do Piraí, o serviço é executado por uma assistente social e uma orientadora social (nível médio), e na sistematização do trabalho profissional busca-se analisar as relações sociais existentes no contexto da intervenção profissional a fim de desvendar a realidade presente além da problemática posta inicialmente, construindo a prática profissional para além da dimensão imediatista. Deste modo, firma-se no exercício profissional desvelar a realidade no movimento dialético, onde a contradição é central no movimento da humanidade, sendo imperativo compreender a realidade dos adolescentes que praticam ato infracional, permeada de historicidade e de interesses contraditórios, exigindo análise crítica e reflexiva do contexto socioeconômico, político e cultural aos quais estão inseridos, fomentando intervenções pedagógicas emancipatórias e de mobilização social, legitimando no campo do trabalho profissional práticas democráticas de gerenciar as ações, possibilitando que os jovens e suas famílias tomem consciência da realidade social, inseridos em uma sociedade regida pelas relações do consumo, possibilitando que gerencie e se movam.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Medida socioeducativa. Adolescentes em conflito com a Lei.

## O Serviço Social e o combate à intolerância religiosa no Brasil

**FREITAS, D.M.<sup>1</sup>**

1 – *Omariô de Jurema*

[dianadefreitas2510@gmail.com](mailto:dianadefreitas2510@gmail.com)

### RESUMO

O presente trabalho apresenta parte das reflexões contidas no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2017 para a conclusão da graduação em Serviço Social. O objetivo do estudo foi o de refletir a respeito da prática da intolerância religiosa contra as religiões de matrizes africanas, também conhecida como afro-brasileiras. Traçamos ainda o objetivo de apontar a importância do debate no âmbito do Serviço Social, visto que a profissão defende em seu Código de Ética o reconhecimento da liberdade como valor ético central. Produzir conhecimentos a respeito dessa temática é relevante, considerando ainda a importância do debate sobre a questão étnico-racial. Refletimos que a violência praticada contra o “povo de santo”, nomenclatura dada aos religiosos de candomblé e umbanda, tem suas raízes na herança escravagista da sociedade brasileira e está atrelada a estrutura de classes do modo de produção capitalista, que produz e reproduz relações sociais marcadas pela dominação e exploração. O assistente social, a partir do projeto ético-político construído pela categoria desde a década de 1980, tem o dever de incorporar o debate sobre as relações étnico-raciais, analisar as expressões da questão social vivenciadas pelo povo negro e, especificamente, construir estratégias para combater a intolerância religiosa.

**Palavras-Chave:** Questão étnico-racial. Serviço Social. Intolerância religiosa. Umbanda. Candomblé.



## **A relação da pessoa com deficiência e o mercado de trabalho**

**NETTO, T. R. F.**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[taina\\_rfn@hotmail.com](mailto:taina_rfn@hotmail.com)

### **RESUMO**

Este trabalho apresenta a proposta de estudo acerca da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Problematicamos se essa inserção existe por causa da necessidade de se cumprir a legislação ou pelo reconhecimento da condição de cidadania da pessoa com deficiência. Problematicamos ainda qual a conexão do Serviço Social com a questão. Frente a essas problematizações, estabelecemos o objetivo de mapear o debate acadêmico sobre a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho publicado nas revistas de pós-graduação da área de Serviço Social disponíveis na internet. O interesse em realizar tal estudo surgiu a partir das leituras feitas de artigos e revistas. Consideramos que o estudo é importante para sistematizar o debate do Serviço Social sobre a temática, oferecendo subsídios para o exercício profissional. Esse estudo tem como proposta contribuir no debate acerca da realidade da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, discutindo as barreiras encontradas por essas pessoas e a visão das empresas em relação a sua contratação. A pesquisa proposta é qualitativa, com o uso de bibliografias. Esperamos que o resultado dessa pesquisa contribua para a ruptura do preconceito que existe em relação às pessoas com deficiência e ressaltar que a deficiência faz parte da condição humana de cada indivíduo, e que essas pessoas têm seus direitos como cidadãos garantidos por Lei.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Pessoa com deficiência. Mercado de trabalho.

## **A produção bibliográfica dos assistentes sociais sobre a relação da família com o cuidado da pessoa com transtorno mental.**

**FERNANDO, N.C.S.<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[nathaliafernando.97@hotmail.com](mailto:nathaliafernando.97@hotmail.com)

### **RESUMO**

Este trabalho objetiva apresentar o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido na graduação em Serviço Social em 2018. O tema a ser desenvolvido será a produção do Serviço Social sobre a relação da família com o cuidado da pessoa com transtorno mental. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa será o de conhecer a produção dos assistentes sociais sobre a relação da família com o cuidado da pessoa com transtorno mental e o objetivo específico será o de conhecer as temáticas propostas pelos assistentes sociais, em suas produções, acerca da relação entre família e o cuidado no campo da atenção psicossocial. Este trabalho tem como ênfase analisar os significados atribuídos pelos assistentes sociais acerca da importância da família no cuidado da pessoa com transtorno mental, além de capturar as problematizações expressas nas publicações sobre a relação entre as condições de vida e de trabalho dos familiares, bem como dos novos arranjos familiares, com a tarefa do cuidado da pessoa com transtorno mental. A relevância dessa pesquisa consistirá em demonstrar a importância do profissional assistente social no campo da atenção psicossocial, além de enfatizar que, muitas vezes a família vai ser o interlocutor entre o profissional e o usuário e, dessa forma, o profissional deve estar capacitado em observar e criar mecanismos para o fortalecimento das famílias atendidas na política de atenção psicossocial.

**Palavras-chave:** Assistente Social. Saúde mental. Pessoa com transtorno mental. Famílias.

## **Direitos Humanos no modo de produção capitalista: os significados atribuídos pelos assistentes sociais**

**SILVA, I.C.<sup>1</sup>; BARISON, M.S.<sup>2</sup>.**

1- Prefeitura Municipal de Arapeí, SP;

[ind.carvalho@hotmail.com](mailto:ind.carvalho@hotmail.com)

2- UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ;

[monicabarison@foa.ogr.br](mailto:monicabarison@foa.ogr.br)

### **RESUMO**

O presente trabalho visa apresentar os resultados obtidos no bojo da pesquisa intitulada “Direitos Humanos e o Poder Judiciário: os significados atribuídos pelos assistentes sociais”. O estudo se constituiu como referência para elaboração da monografia apresentada ao Curso de Serviço Social e desenvolvimento de Projeto de Iniciação Científica do UniFOA em 2017. No marco do capitalismo, são produzidas relações sociais marcadas pela exploração e dominação, o que desencadeia a produção das desigualdades sociais, e conseqüentemente a violação dos Direitos Humanos, evidenciando a incompatibilidade entre o modo de sociabilidade capitalista e a materialização efetiva dos Direitos Humanos. Desse modo, o direito se configura como uma estratégia para estabelecer consenso entre as classes na sociedade burguesa, principalmente por criar o fetiche de que todos os homens são iguais perante a lei. O Serviço Social desde a década de 1990 assumiu posição contrária ao modo societário burguês, defendendo a defesa dos interesses da classe trabalhadora, dos direitos humanos e da liberdade. Diante dos desafios impostos a materialização de tais princípios na atuação profissional, buscamos desvelar a compreensão dos assistentes sociais sobre os direitos humanos no modo de produção capitalista e a contradição existente para sua efetivação plena e universal. O estudo foi de caráter qualitativo, sendo utilizada a entrevista semiestruturada com as (os) assistentes sociais do Tribunal de Justiça da Comarca de Volta Redonda. Através dos resultados, refletimos que existe uma tendência no discurso dos profissionais de não identificar o direito como um fetiche ou a contradição existente entre o modo de produção capitalista e a efetivação dos Direitos Humanos. O estudo se mostrou relevante por adensar o debate a cerca dos Direitos Humanos e contribuir na reflexão da formação e trabalho dos assistentes sociais, principalmente por favorecer a aproximação entre a teoria e a prática profissional.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Direitos Humanos. Serviço Social.

## **Autismo e Serviço Social: o trabalho do/da assistente social e as políticas de atendimento para as pessoas com transtornos do espectro autista**

**SOUZA, RA.<sup>1</sup>; SANTOS, J.A<sup>1</sup>; SILVA, J.1; SOARES, S.A<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[rozana.souza@foa.org.br](mailto:rozana.souza@foa.org.br)

### **RESUMO**

Apesar dos altos índices de autismo no mundo, foi somente em 1993 que a síndrome foi adicionada à Classificação Internacional de Doenças da OMS. Esta demora se deve ao fato do pouco que se sabe sobre a questão. O diagnóstico ainda é impreciso. Estima-se que o Brasil tenha cerca de 2 milhões de autistas. Contudo, apesar de numerosos, os milhões de brasileiros autistas ainda sofrem para encontrar tratamento adequado. As dificuldades residem, sobretudo, na falta de profissionais preparados para lidar com o transtorno, sobretudo na rede pública. Este projeto iniciação científica (PIC) tem por objetivo identificar e analisar as políticas de atendimento para as pessoas com autismo e construir um debate sobre o trabalho do assistente social frente a essa demanda. Por objetivos específicos forma definidos: construir um debate sobre o sobre autismo no Brasil; apresentar e debater as leis que asseguram da pessoa autista ressaltando as legislações que protegem e garantem os direitos destas; analisar as políticas de atendimento para as pessoas com autismo, identificando o trabalho do Assistente Social no atendimento dessa demanda. Pesquisa qualitativa, pautada na realização de um levantamento bibliográfico em livros e artigos científicos; e documental em legislações, manuais, blogs e sites relacionados ao tema. Previsão de conclusão da pesquisa outubro de 2018.

**Palavras-chave:** Autismo. Política de atendimento. Serviço Social. Processos de trabalho.

## **Os diferentes debates no campo dos Direitos Humanos: o paradoxo da universalidade e o discurso conservador.**

**SOARES, A.S.<sup>1</sup>; ESCOBAR, K.**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[stefanysoares@hotmail.com](mailto:stefanysoares@hotmail.com)

### **RESUMO**

Para garantia de sua sobrevivência e dignidade humana, a sociedade sempre possuiu a necessidade de ter garantido certos direitos fundamentais. Contudo, a construção destes direitos se deu após um longo processo histórico, sendo seu marco a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Segundo a ONU, os Direitos Humanos são “garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana”. No Brasil, os Direitos Humanos foram consolidados por meio da Constituição Federal de 1988, garantindo direitos fundamentais à sociedade. Os Direitos Humanos são direitos universais, que devem ser aplicados de maneira igualitária a todas as pessoas. Entre os quais destacam-se o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à educação, o direito ao trabalho, à propriedade, entre outros. Ainda conforme sua perspectiva todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sem haver distinção nenhuma de cor, raça, sexo, religião, opinião, etc. Entretanto, esse debate é permeado por disputas ideológicas e na contemporaneidade observamos um crescente discurso de que os defensores dos Direitos Humanos defendem criminosos, bandidos, desconsiderando o caráter de universalidade presente que garante que a proteção aos esses direitos seja universal, de todos. Em países marcados por grandes desigualdades sociais como o Brasil muitos direitos não são vivenciados de forma igualitária, ou seja, não conseguiram sequer ser universalizado, o que acaba corroborando para associá-lo aos direitos de minorias que muitas vezes vivenciam das expressões da "Questão Social", retirando dessa população o direito a ter direito. Com isso, o resumo ora submetido resulta da produção de reflexões teóricas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa de trabalho de conclusão de curso. Propõe como objetivo geral identificar os fatores que contribuem para a (re)produção desse discurso conservador no Brasil acerca dos Direitos Humanos, e entre os objetivos específicos analisar o debate teórico, a trajetória histórica acerca da construção desses direitos, refletir as particularidades sócio históricas do debate dos Direitos Humanos no Brasil e identificar os elementos do discurso conservador acerca desses direitos. A pesquisa será qualitativa, realizando levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, que se relacionem ao objetivo de estudo.

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos. Conservadorismo. Desigualdades sociais.

**Olha a tese!!! Dissertação na minha mão e mais barato!!!**

**CARVALHO, AJS.<sup>1</sup>**

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[alan.carvalho@foa.org.br](mailto:alan.carvalho@foa.org.br)

## **RESUMO**

O plágio é muito discutido dentro das Universidades ao redor do mundo. Tal prática gera um enorme desconforto a toda a comunidade científica, pois se trata de uma conduta antiética e ilegal. Todo esse debate adentra em várias áreas diferentes, pois além de ser uma conduta punível do ponto de vista jurídico e totalmente inaceitável do ponto de vista ético. A internet hoje é uma ferramenta indispensável para pesquisas e fonte de informação para a maioria da população. Entretanto, é um espaço gigantesco para práticas ilegais, um campo fechado aos olhos do mundo real para que práticas antiéticas ocorram. A lei por si só não dá conta da vastidão da internet e por mais que haja uma fiscalização rigorosa algumas práticas ainda aconteceram. Sendo a internet esse campo tal vasto e cheio de informação, ela pode abrigar vários *sites* para aquisição de teses, diplomas e certificados falsos, ação essa que além de ferir a ética, fere a ciência. Dentro desse pensamento é necessário entender por que tal prática acontece: ganância, busca por ascensão social? Pensando sobre a compra de trabalhos na *web* pode-se pensar que tanto o comprador quanto quem a produz estão estabelecendo relações de troca, essas relações que se valem da monetarização mas que por trás carregam consigo toda uma postura de anti ética e espírito anti científico pois se fundam na proposta de que o requisitante do serviço não irá escrever nada, apenas pagar para que o serviço seja feito, vendo como se organizou o *cyber espaço* pode se entender como tal ação se deu.

Palavras-chave: Plágio. Ética. Crime.

## **A produção do conhecimento em Serviço Social e a visibilidade do debate LGBT**

**SILVA, Camila Fernandes**

*UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.*  
[camilacse3@gmail.com](mailto:camilacse3@gmail.com)

### **RESUMO**

O presente trabalho visa apresentar reflexões teóricas produzidas a partir do desenvolvimento do projeto de pesquisa na disciplina de oficina de pesquisa social. Como objetivo geral pretende-se identificar o debate produzido pelo serviço social no campo do reconhecimento dos direitos sociais da população LGBT, problematizando suas contribuições para dar visibilidade e fortalecer direitos desse segmento. Para elaboração deste estudo vem sendo realizada a pesquisa bibliográfica de periódicos especializados na área de Serviço Social buscando realizar o mapeamento das produções para posteriormente realizar análise qualitativa do material. Identifica-se que é a partir da década de 1980 que a categoria inicia sua aproximação à temática tendo como primeiras pautas a luta por liberdade e igualdade sexual no Brasil evidenciando a defesa dos direitos humanos e da cidadania como base ética para orientar o pensar o fazer do assistente social em conformidade com os princípios do código de ética profissional. A população LGBT historicamente foi alvo da invisibilidade social e científica, entretanto nos anos 2000, diversos setores da sociedade civil, principalmente o campo do Serviço Social, juntamente com o movimento social LGBT se organizaram no debate da diversidade sexual, expondo as lutas e enfrentamentos desse movimento para garantia e efetivação de seus direitos e acesso a cidadania. A importância do debate consiste na urgência de buscar mecanismos, estratégias de enfrentamento para a intolerância, desigualdades e o assistente social deve assumir como referência no seu exercício profissional a luta pela garantia de direitos, liberdade de expressão e eliminação de todas as formas de preconceito.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Movimento Social. LGBT